

TRRF-4

PROVA TÉCNICO JUDICIÁRIO / ADMINISTRATIVO

SIMULADO

OS DEZ MANDAMENTOS PARA O BOM CANDIDATO:

- 1 Antes de iniciar, faça uma breve apreciação de toda a prova (± 10 min.), observando questões interligadas e efetuando algumas anotações e marcações.
- 2 Comece a prova pelas disciplinas que você mais domina.
- 3 Iniciada a prova (ou este simulado), não a interrompa em hipótese alguma.
- 4 Mantenha, durante toda a prova, o alto astral, a objetividade, a satisfação, a determinação e a crença de que você terá êxito em cada questão, em cada disciplina, e na prova como um todo.
- 5 Faça marcações e deixe para o final as questões que você julgar trabalhosas ou difíceis.
- 6 Enfrente as questões com elevada objetividade. Descubra imediatamente o que o enunciado pede. Visualize ou esboce a solução. Só depois escolha a resposta mais coerente para cada questão.
- 7 Use lógica, intuição e atitudes positivas na resolução das questões. Cuidado: depois de calculada ou localizada a resposta, muitas vezes você precisará reler o enunciado da questão para saber o que ele realmente pede.
- 8 No dia da prova oficial, fique de olho no relógio.
- 9 Reserve tempo no final para responder a eventuais questões ou itens pendentes.
- 10 Faltando quinze minutos para o término da Prova, deixe tudo de lado e passe para o Cartão de Respostas as alternativas que você já assinalou.



Curso Solon

www.CursoSolon.com.br

Av. Brasil 4271 sobreloja, esq. Av. Paraná - Centro

☎ (44) 3031-5394 ou 3028-5394 Maringá PR

INFORMAÇÕES INICIAIS:

Este simulado segue o programa do edital oficial do concurso. Muitas questões deste caderno foram extraídas ou adaptadas de concursos promovidos pela Fundação Carlos Chagas (a mesma que promoverá o atual concurso do TRF-4).

QUESTÕES DE PESO 3

Língua Portuguesa, Matemática e Raciocínio-Lógico Matemático

Professores Guerra, Pacífico e Simone

LÍNGUA PORTUGUESA

Atenção: As questões de números 1 a 6 referem-se ao texto que segue.

VELHAS BIBLIOTECAS

(Concurso TRT-24 / 2003)

Quem passeia entre os livros de alguma velha biblioteca abandonada, a convite do herdeiro que ainda não sabe o que fazer com ela (vendê-la por quilo? chamar um especialista para avaliá-la? pô-la em leilão?), pode se sentir preso numa teia de melancolias. Aqueles livros foram se juntando segundo o gosto ou a necessidade de um antigo e ávido leitor, agora extinto, a quem não se perguntou qual livro gostaria de levar para sua ilha deserta no espaço celestial. Muitos desses livros estão perfeitamente mortos, como seu antigo dono: já não dizem nada para ninguém, se é que alguma vez disseram algo de importante. Assim, dezenas de lombadas semelham jazigos de formas e idéias imprestáveis, numa triste sucessão de letras mortas. No entanto...

No entanto pode ocorrer que os olhos venham a brilhar ao darem com um título célebre - romance, tratado científico, biografia, ensaio filosófico, pesquisa antropológica, tudo de valor ainda reconhecido, provando que há palavras e idéias que se atualizam e permanecem, interessando a sucessivas gerações. Parece que também aos livros se aplica a lei de Darwin: os mais fortes permanecem.

*Mas o impacto maior se dá quando, de repente, surgem num canto de prateleira alguns exemplares de uma revista, muito popular cem anos atrás. Folheá-las é, quase literalmente, entrar no túnel do tempo e saborear com um século de atraso as novidades da semana, ou do mês que passou. Aquele vivo cotidiano, reportado com detalhes, ilustrações e todo tipo de pitoresco, surge como uma gargalhada que ficou presa na garganta da ampulheta. Mas nós não rimos. Olhamos para as fotos, para os rostos das jovens senhorinhas, das matronas ou dos velhotes de casaca, e nos vem à cabeça um verso clássico: **onde estão aqueles que antes de nós existiram neste mundo?***

Ninguém deve entrar desprevenido numa velha biblioteca.
(Fragoso Bulhões)

01. Atente para as seguintes afirmações, referentes ao terceiro parágrafo do texto:
- I. A convicção despertada pelo folhear de revistas antigas é a de que a vida bem vivida triunfa sobre a morte.
 - II. A expressão *gargalhada que ficou presa na garganta da ampulheta* é utilizada para figurar um instante de vida que se congelou no tempo.
 - III. O verso clássico citado ajuda a compreender por que *nós não rimos* diante do vivo cotidiano flagrado há um século.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, II e III.
 - (B) I e II, somente.
 - (C) I e III, somente.
 - (D) II e III, somente.
 - (E) III, somente.
02. Assim como está bem formada a construção *a quem não se perguntou qual livro gostaria de levar*, assim também está correta a construção:
- (A) a quem não se propôs de qual livro gostaria de levar.
 - (B) para quem não se consultou de qual livro gostaria de levar.
 - (C) com quem não se apurou a qual livro gostaria de levar.
 - (D) com quem não se especulou de qual livro gostaria de levar.
 - (E) a quem não se consultou sobre qual livro gostaria de levar.
03. Transpondo-se para a voz passiva a frase *qual livro gostaria de levar para sua ilha deserta*, empregar-se-á a forma verbal
- (A) fosse levado.
 - (B) tivesse sido levado.
 - (C) teria levado.
 - (D) levaria.
 - (E) tinha levado.

04. As normas de concordância estão inteiramente respeitadas na frase:
- (A) Muitos julgam imprescindíveis que se consulte os especialistas para que se avalie com precisão os livros de uma velha biblioteca.
- (B) Qualquer um dos que entram desprevenidos numa velha biblioteca podem se defrontar com surpresas de que jamais se esquecerá.
- (C) Mesmo que hajam passado cem anos, as fotos revelam instantâneos de um presente perdido, no qual não se contava com os efeitos do tempo.
- (D) Nada do que se lê nos grandes livros, mesmo quando extinta a época em que foram escritos, parecem envelhecidos para quem os compreende.
- (E) Lá estão, como se fosse hoje, a imagem das jovens e sorridentes senhorinhas daqueles tempos, inteiramente alheias ao passar do tempo.
05. Diante das fotos antigas, olhamos as fotos para captar dessas fotos a magia do tempo que repousa nessas fotos. Evitam-se as abusivas repetições da frase acima substituindo-se os elementos sublinhados por, respectivamente:
- (A) olhamo-lhes - captá-las - lhes repousa
- (B) as olhamos - captar-lhes - nelas repousa
- (C) olhamo-las - as captar - repousa nas mesmas
- (D) olhamo-las - captar-lhes - nelas repousa
- (E) olhamo-as - lhes captar - lhes repousa
06. O verbo indicado entre parênteses adotar, obrigatoriamente, uma forma no plural, ao se flexionar na seguinte frase:
- (A) À grande maioria dos livros de uma biblioteca (**cabem**) um destino dos mais melancólicos.
- (B) É comum que livros antigos, na perspectiva de um herdeiro pouco afeito às letras, (**representem**) mais um incômodo do que uma dádiva.
- (C) (**costumam**) haver muitas surpresas para quem se propõe a vasculhar uma antiga biblioteca.
- (D) Pouca gente, tendo o compromisso de avaliar uma biblioteca, (**saberem**) separar com rigor os livros valiosos dos que não o são.
- (E) (**ocorrem**) a muitos imaginar que uma velha biblioteca valerá mais pela quantidade do que pela qualidade dos livros.
07. (UNISINOS) Qual a alternativa em que pelo menos uma das palavras está mal grafada, no que se refere às regras do hífen:
- (A) infra-estrutura, super-homem, auto-educação
- (B) bem-vindo, ante-sala, contra-regra
- (C) proto-história, contra-mestre, infra-vermelho
- (D) neo-escolástico, ultra-som, pseudo-herói
- (E) extra-oficial, infra-hepático, semi-reta
08. (FUND.LUSÍADA) Única alternativa que contém todas as palavras corretamente formadas:
- (A) bem-vindo, pan-americanada, sub-base, protomártir
- (B) pré-histórico, mal-estar, panamericano, prematuro
- (C) auto-afirmação, autocrítica, excombatente, neolatina
- (D) pós-graduação, antitérmico, malmequer, sub-aéreo
- (E) autocontrole, anti-corrosivo, grão-mestre, aeroespacial
- Atenção:** As questões de números 9 a 12 referem-se ao texto que segue.
- Costuma-se dizer que há, no Brasil, leis “que pegam” e leis que “não pegam”. Qualquer cidadão pode verificar, por sua própria experiência, que tal afirmação não é impropriedade. Mas talvez seja injusto confiná-la aos limites do território nacional: a invasão do Iraque se deu a contrapelo das decisões da ONU. A partir de então, como deixar de reconhecer que a arbitragem da própria Organização das Nações Unidas já “não pega”, esvaziando-se, assim, a razão mesma de existência desse organismo internacional? Recuando um pouco no tempo, poderíamos lembrar que o regime de **apartheid**, na África do Sul, representou um manifesto escárnio contra a Declaração dos Direitos Humanos. Exemplos como esses escancaram, para tristeza nossa, a verdade de que há dispositivos legais que “pegam” ou “não pegam” segundo a força de quem os manipula ou, simplesmente, os ignora.*
- (Péricles Sampaio)
09. A conclusão que se depreende do texto acima está resumida na seguinte frase:
- (A) As leis nascem e vigem em função dos interesses da maioria.
- (B) Os Direitos Humanos são a base das estratégias políticas nacionais.
- (C) A má formulação do texto legal enseja a interpretação tendenciosa.
- (D) A soberania de um país é um princípio jurídico equivocado.
- (E) O Direito se revela inócuo quando o que prevalece é a razão do mais forte.
10. Considerando-se o contexto, traduz-se corretamente o sentido de uma expressão do texto em:
- (A) *leis que “pegam” e leis que “não pegam”* = leis vigentes e leis revogadas.
- (B) *tal afirmação não é impropriedade* = essa assertiva não é irrepreensível.
- (C) *se deu a contrapelo das decisões* = foi de encontro às decisões.
- (D) *manifesto escárnio* = implícita afronta.
- (E) *escancaram a verdade* = retificam a impressão.

11. Está clara e correta a redação da seguinte frase:
- (A) Costumam ser nas experiências cotidianas que as leis se revelam ou não práticas, quando em voga num país determinado.
 - (B) É nas experiências cotidianas que o cidadão comum pode dar-se conta da efetiva aplicabilidade das leis vigentes em seu país.
 - (C) Exemplos históricos existem, desde sempre, que as leis com frequência não correspondem ao que delas se esperam.
 - (D) É de fato lamentável, que tão importante organização internacional não veja cumprido as indicações que nascem de seu contexto.
 - (E) Por mais que desejamos nos convencer do contrário, a eficácia das leis não constitui uma garantia intrínseca delas.
12. Modificando-se a ordem interna de frases do texto, a pontuação estará correta em:
- (A) Poderíamos lembrar recuando no tempo, que na África do Sul, o regime do **apartheid** representou um manifesto escárnio contra a Declaração dos Direitos Humanos.
 - (B) Que tal informação não é impropriedade por sua própria experiência, qualquer cidadão pode verificar.
 - (C) No Brasil, costuma-se dizer, que há leis que “pegam” e leis que “não pegam”.
 - (D) Como deixar de reconhecer, a partir de então, que já “não pega” a arbitragem da própria Organização das Nações Unidas?
 - (E) A contrapelo das decisões da ONU se deu a invasão do Iraque: mas confiná-la, aos limites do território nacional, talvez seja injusto.
13. Estão corretamente flexionadas todas as formas verbais da frase:
- (A) Ainda bem que obtiveram tudo o que requereram, sem que a polícia interviesse.
 - (B) Como não lhe aprouveu ficar mais uns dias, acabou perdendo a comemoração do centenário da cidade.
 - (C) Se não reavermos nossas malas, prestaremos queixa na delegacia.
 - (D) Caso as células não se recompossem, todos os tecidos entrariam rapidamente em colapso.
 - (E) Ele intervia a todo momento no jogo, buscando boicotá-lo.
14. O verbo indicado entre parênteses deverá ser flexionado numa forma do **singular** para preencher corretamente a lacuna da seguinte frase:
- I. Ninguém, entre nós, (**habilitar-se**) a tempo de se inscrever no próximo concurso.
 - II. A quitação de todas as prestações restantes só se (**dar**) se ganharmos a causa.
- III. Por mais que nos (**ameaçar**) de recorrer à justiça, nossos fiadores sabem que não nos é possível quitar essa dívida.
- Atende ao enunciado da questão SOMENTE o que está em
- (A) III.
 - (B) II.
 - (C) II e III.
 - (D) I e III.
 - (E) I e II.
15. A má construção tornou confusa a redação da seguinte frase:
- (A) Nenhuma das atuais medidas surtirá efeito, porquanto efetivamente se ponham em prática.
 - (B) O poder dos sindicatos de trabalhadores vem-se esvaziando com a crise econômica e o aumento do desemprego.
 - (C) Nos ônibus apinhados, os passageiros perdem a dignidade de usuários e se equiparam a cargas que vão sendo transportadas.
 - (D) Muito embora as intenções do projeto sejam boas, na prática ele não trará benefícios para a maioria dos funcionários.
 - (E) Não obstante haja desconfiança quanto ao sucesso do espetáculo, investiu-se nele uma enorme soma de dinheiro.

MATEMÁTICA E RACIOCÍNIO-LÓGICO MATEMÁTICO:

- 16) Uma empresa de apoio a eventos para crianças dispõe de 39 brinquedos, entre miniautomóveis (de quatro rodas) e triciclos. As rodas dos dois tipos de brinquedo são iguais e todas, num total de 145, foram retiradas e levadas para reparos. Um funcionário tinha pressa em deixar os triciclos prontos para uso e foi verificar se as rodas já estavam prontas. Quantas rodas ele necessita para montar todos os triciclos?
- (a) 33 (b) 39 (c) 45 (d) 51 (e) 57
- 17) O professor Laert tem R\$ 200,00 em moedas de 5, 10 e 25 centavos. Sabendo que tem quantidades iguais de moedas de cada valor, o total de moedas que ele tem é:
- (a) 240. (b) 450. (c) 900.
(d) 1500. (e) 1800.
- 18) Três trabalhadores foram admitidos em uma repartição pública, em cargos diferentes, no ano de 1992, e terão direito à licença-prêmio, respectivamente, a cada 24, 32 e 36 meses trabalhados. Assinale, abaixo, o ano em que os 3 trabalhadores poderão gozar da licença-prêmio, simultaneamente.

- (a) 2084
(b) 2024
(c) 2016
(d) 1994
(e) 2000
- 19) Dividir o número 440 em partes diretamente proporcionais a 1 e 3 e inversamente a 2 e 5. Qual o maior número encontrado?
- (a) 200
(b) 180
(c) 220
(d) 260
(e) 240
- 20) Certa sociedade, constituída por 3 sócios (A, B e C), Obteve, em determinado período de tempo, um lucro de R\$ 27.000,00. Qual a parte do lucro que coube ao sócio C, se A entrou com 1/3 do capital, B com 2/5 e C com o restante?
- (a) 9.000
(b) 10.800
(c) 12.000
(d) 7.200
(e) 8.600
- 21) A soma de três números é igual a 7 777. O primeiro está para o segundo como 4 para 11, e a diferença entre esses dois números é 805. O maior número é:
- (a) 3 220
(b) 6 052
(c) 1 265
(d) 3 450
(e) 4 320
- 22) Um aluno obteve do Curso Sólón desconto de 20% no preço de uma apostila. Sabendo-se que o preço de venda, sem desconto, é superior em 20% ao do custo, pode-se afirmar que houve por parte do Curso um:
- (a) lucro de 5% (b) prejuízo de 4%
(c) prejuízo de 2% (d) lucro de 4%
- (e) lucro de 2%
- 23 - (TCE/RN) Maria é magra ou Bernardo é barrigudo. Se Lúcia é linda, então César não é careca. Se Bernardo é barrigudo, então César é careca. Ora, Lúcia é linda. Logo:
- a) Maria é magra e Bernardo não é barrigudo
b) Bernardo é barrigudo ou César é careca
c) César é careca e Maria é magra
d) Maria não é magra e Bernardo é barrigudo
e) Lúcia é linda e César é careca
- 24 – Qual é o número que falta?
- | | | |
|---|---|---|
| 4 | 8 | 6 |
| 6 | 2 | 4 |
| 8 | 6 | ? |
- a) 2
b) 7
c) 10
d) 5
e) 4
- 25 - Julgue os itens a seguir:
- Item 1.** A seguinte argumentação é inválida.
- **Premissa 1:** Todo funcionário que sabe lidar com orçamento conhece contabilidade.
 - **Premissa 2:** João é funcionário e não conhece contabilidade.
 - **Conclusão:** João não sabe lidar com orçamento.
- Item 2.** A seguinte argumentação é válida.
- **Premissa 1:** Toda pessoa honesta paga os impostos devidos.
 - **Premissa 2:** Carlos paga os impostos devidos.
 - **Conclusão:** Carlos é uma pessoa honesta.
- a) Somente 1 está correto.
b) Somente 2 está correto.
c) Ambos, 1 e 2, estão corretas.
d) Ambos, 1 e 2, estão incorretas.
e) Faltam dados para avaliar.
- 26 - (Engenheiro do Trabalho) Dizer que "Pedro não é pedreiro ou Paulo é paulista" é, do ponto de vista lógico, o mesmo que dizer que:
- a) se Pedro é pedreiro, então Paulo é paulista

- b) se Paulo é paulista, então Pedro é pedreiro
- c) se Pedro não é pedreiro, então Paulo é paulista
- d) se Pedro é pedreiro, então Paulo não é paulista
- e) se Pedro não é pedreiro, então Paulo não é paulista

27- (TRT-9) Observe a construção de um argumento:

Premissas:

Todos os cachorros têm asas.
 Todos os animais de asas são aquáticos.
 Existem gatos que são cachorros.

Conclusão:

Existem gatos que são aquáticos.

Sobre o argumento A, as premissas P e a conclusão C, é correto dizer que:

- a) A não é válido, P é falso e C é verdadeiro.
- b) A não é válido, P e C são falsos.
- c) A é válido, P e C são falsos.
- d) A é válido, P ou C são verdadeiros.
- e) A é válido se P é verdadeiro e C é falso.

28 - (ESAF) Considere o seguinte argumento: "Se Soninha sorri, Sílvia é miss simpatia. Ora, Soninha não sorri. Logo, Sílvia não é miss simpatia". Este não é um argumento logicamente válido, uma vez que:

- a) a conclusão não é decorrência necessária das premissas.

- b) a segunda premissa não é decorrência lógica da primeira.
- c) a primeira premissa pode ser falsa, embora a segunda possa ser verdadeira.
- d) a segunda premissa pode ser falsa, embora a primeira possa ser verdadeira.
- e) o argumento só é válido se Soninha na realidade não sorri.

29 - (ESAF) Se é verdade que "Alguns escritores são poetas" e que "Nenhum músico é poeta", então, também é necessariamente verdade que

- a) nenhum músico é escritor
- b) algum escritor é músico
- c) algum músico é escritor
- d) algum escritor não é músico
- e) nenhum escritor é músico

30 - Os carros de Artur, Bernardo e César são, não necessariamente nesta ordem, uma Brasília, uma Parati e um Santana. Um dos carros é cinza, um outro é verde, e o outro é azul. O carro de Artur é cinza; o carro de César é o Santana; o carro de Bernardo não é verde e não é a Brasília. As cores da Brasília, da Parati e do Santana são, respectivamente:

- a) cinza, verde e azul
- b) azul, cinza e verde
- c) azul, verde e cinza
- d) cinza, azul e verde
- e) verde, azul e cinza

QUESTÕES DE PESO 1

Direito Administrativo, Direito Constitucional, Direito Processual Civil e Direito Processual Penal

Professores Laert, Rafael e Márcia

NOÇÕES DE DIREITO ADMINISTRATIVO

31-(TRF 1ª Região – Técnico Judiciário/2001) - Em matéria de cargo público observa-se que

- (A) a readaptação é forma de provimento e vacância de cargo público.
- (B) a investidura no cargo ocorre somente após o exercício pelo servidor.
- (C) a posse é o efetivo desempenho das atribuições do cargo ou função.

(D) a nomeação é destinada exclusivamente aos cargos em comissão.

(E) este é criado obrigatoriamente por decreto do Chefe do Executivo.

32-(TRF 1ª Região – Técnico Judiciário/2001) - No que se refere à vacância de cargo público, é certo que

- (A) esta não decorrerá da posse em outro cargo inacumulável.
- (B) a demissão de cargo em comissão é obrigatória quatro anos após o provimento.
- (C) a exoneração do cargo efetivo poderá dar-se de ofício.
- (D) a exoneração do cargo em comissão só é possível a pedido, e a demissão a juízo da autoridade.

(E) esta só pode decorrer de aposentadoria, falecimento e demissão.

(E) atípico.

33-(TRF 1ª Região – Técnico Judiciário/2001) - Constituem indenizações que podem ser pagas ao servidor:

- (A) auxílios natalidade, óbito e reclusão.
- (B) adicionais noturno, por tempo de serviço e de férias.
- (C) gratificações natalina, de local e da natureza do trabalho.
- (D) retribuições pelo exercício de função, de chefia e assessoramento.
- (E) ajuda-de-custo, diárias e transporte.

34-(TRF 1ª Região – Técnico Judiciário/2001) - A inassiduidade habitual do servidor público sujeita-o à aplicação da pena de

- (A) disponibilidade.
- (B) demissão.
- (C) advertência por escrito.
- (D) suspensão de até trinta dias.
- (E) multa de cinquenta por cento dos vencimentos.

35-(TRF 1ª Região – Técnico Judiciário/2001) - O prazo para o julgamento da revisão do processo disciplinar será, de regra, de

- (A) dez dias.
- (B) quinze dias.
- (C) vinte dias.
- (D) vinte e cinco dias.
- (E) trinta dias.

36-(TRF 1ª Região – Técnico Judiciário/2001) - Quando a lei deixa certa margem para atividade pessoal do administrador na escolha da oportunidade ou da conveniência do ato, a exemplo da determinação de mão única ou mão dupla de trânsito numa via pública, está presente o ato administrativo

- (A) de gestão.
- (B) arbitrário.
- (C) vinculado.
- (D) discricionário.

37 - (ESAF/PFN/98) - São direitos trabalhistas estendidos aos servidores públicos, exceto:

- a) repouso semanal remunerado
- b) férias anuais remuneradas, com acréscimo de 1/3
- c) remuneração do serviço extraordinário superior, no mínimo, em 50% à do normal
- d) fundo de garantia por tempo de serviço
- e) licença à gestante

38. Dentre as garantias constitucionais, o indivíduo, para assegurar o conhecimento de informações relativas à sua pessoa, constantes de bancos de dados de entidades governamentais, poderá valer-se de

- (A) Mandado de Segurança Coletivo.
- (B) Mandado de Injunção.
- (C) *Habeas Data*.
- (D) Ação Popular.
- (E) *Habeas Vitis*

NOÇÕES DE DIREITO CONSTITUCIONAL

39 - É possível a acumulação remunerada:

- (A) De dois cargos de professor com outro técnico ou científico.
- (B) De dois cargos privativos de médico.
- (C) De um cargo de médico com dois cargos de professor.
- (D) De um cargo de juiz com outro técnico ou científico.
- (E) Nenhuma das alternativas anteriores

40. NÃO integra o princípio da separação de Poderes, na esfera do Município, a seguinte competência:

- (A) prestação anual de contas pelo Prefeito à Câmara Municipal.
- (B) nomeação, pelo Prefeito, de membro do Poder Judiciário local.
- (C) veto do Prefeito a projeto de lei aprovado pela Câmara.
- (D) cassação do mandato do Prefeito pela Câmara Municipal.

- 41) Levando-se em conta as regras da Lei 8.112/90, analise os itens abaixo, a respeito dos direitos e vantagens do servidor público federal:
- I - A antiga licença prêmio foi substituída pela licença para capacitação do servidor, sendo certo afirmarmos que a concessão dessas duas licenças configura-se como ato vinculado para Administração.
- II - Segundo o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Federais, são vantagens do servidor as indenizações, os adicionais e gratificações. As primeiras jamais serão incorporadas à remuneração do servidor, já as duas últimas poderão ou não ser incorporadas, dependendo do seu caráter permanente ou temporário.
- III - Para a concessão de férias ao servidor, deverá sempre ser observado o período aquisitivo de 12 meses.
- a) somente I é correto
b) somente II é correto
c) somente III é correto
d) há dois itens corretos
e) todos os itens estão corretos.
- 42) Considerando a responsabilidade civil do servidor e da Administração Pública, analise os itens abaixo e assinale a alternativa correta:
- a) a responsabilidade civil do servidor público prescinde da ocorrência de dano ao erário ou a terceiros.
b) a indenização devida pelo servidor em face de prejuízo dolosamente causado ao erário será preferencialmente liquidada por meio de desconto na remuneração do servidor.
c) o fato de o servidor ser condenado na esfera penal, não traz conseqüências para sua responsabilização civil.
d) A responsabilidade objetiva da Administração não abrange as empresas públicas e as sociedades de economia mista exploradoras de atividade econômica.
e) A responsabilidade da Administração pelos danos causados por atos de terceiros ou fenômenos da natureza é do tipo objetiva, ou seja, independe da comprovação de dolo ou culpa.
- 43) A principal característica dos contratos administrativos é a presença de cláusulas exorbitantes. Acerca do tema, a doutrina costuma apontar uma dessas cláusulas como sendo uma limitação à atuação da Administração e não uma prerrogativa. Assinale a alternativa que corresponde a essa cláusula:
- a) exigência de garantia
b) alteração unilateral do contrato
c) aplicação direta de penalidades ao contratante
d) restrições ao uso da "exceptio non adimpleti contractus"
e) manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do contrato
- 44) Analise os itens abaixo, de acordo com as regras constantes na Lei 8.666/93 e assinale a resposta correta:
- I - O princípio da adjudicação compulsória reza que a Administração fica obrigada a celebrar o contrato relativo ao objeto da licitação, com o vencedor da licitação.
- II - Quando o convocado não assinar o termo do contrato no prazo e condições estabelecidos, a Administração deverá convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado, inclusive quanto aos preços atualizados de conformidade com o ato convocatório.
- III - A não convocação para a contratação, pela Administração, decorridos 60 dias da data da entrega das propostas, libera os licitantes dos compromissos assumidos.
- a) somente I é correto
b) somente II é correto
c) somente III é correto
d) há dois itens corretos
e) todos os itens estão corretos
- 45) Sobre as formas de apuração das irregularidades dos servidores públicos, não podemos concluir:
- a) através da sindicância, também chamada de meio de apuração sumário, a penalidade máxima que poderá ser aplicada a um servidor será a suspensão de 30 dias.
b) através da Lei 8.112/90, percebemos que a pena de advertência prescinde de processo administrativo disciplinar ou de sindicância para ser aplicada a um servidor.
c) enquanto a sindicância constituir um procedimento meramente investigatório, sem a formalização de acusação a qualquer servidor, podemos falar em ausência de contraditório e ampla defesa, pois não há acusado e nem imputação que deva ser contraditada.
d) sobre o afastamento preventivo temporário do servidor investigado, é importante destacarmos que ele não possui caráter punitivo, visto tratar-se de uma medida acautelatória, que poderá ser aplicada pelo prazo máximo, contando com a prorrogação, de 120 dias.
e) o relatório da Comissão de Inquérito não vincula a decisão da autoridade julgadora, pois, desde que motivadamente, essa poderá aplicar penalidade diversa daquela sugerida pelo relatório daquela.

NOÇÕES DE DIREITO PROCESSUAL CIVIL

46. Quanto aos atos processuais, é INCORRETO afirmar que:
- os atos processuais não dependem de forma determinada senão quando a lei expressamente a exigir;
 - reputam-se válidos todos os atos praticados de modo diverso do determinado, caso sua finalidade essencial seja preenchida;
 - os atos processuais são em regra públicos;
 - devem correr em segredo de justiça os processos em que o exigir o interesse público;
 - não há necessidade de correr em segredo o processo referente à conversão da separação em divórcio.
47. Segundo o Código de Processo Civil pode-se definir sentença como:
- O ato do juiz que implica na extinção do processo com julgamento de mérito.
 - O ato pelo qual o juiz põe termo ao processo aplicando algumas das situações previstas nos arts. 267 e 269 desta lei.
 - O ato pelo qual o juiz põe termo ao processo, decidindo ou não o mérito da causa.
 - O ato do juiz que implica alguma das situações previstas nos art. 267 e 269 desta lei.
 - O ato do juiz que no curso do processo resolve um incidente processual.
48. Dentre os termos que compete ao escrivão redigir no curso do procedimento, a conclusão corresponde ao ato pelo qual ele certifica
- o encerramento de um dos volumes que compõem o processo, a fim de que outro seja aberto, com novas atuações.
 - o encerramento do processo, após o trânsito em julgado da decisão.
 - a remessa dos autos ao advogado ou ao Ministério Público, para manifestação sobre algum evento do processo.
 - o recebimento dos autos encaminhados à secretaria pelo juiz, com a decisão da causa.
 - o encaminhamento dos autos ao juiz, para alguma deliberação.
49. Acerca das Cartas, a opção INCORRETA é:
- deve-se expedir Carta de Ordem se o Juiz for subordinado ao Tribunal de que ela emanar.
 - deve-se expedir Carta Rogatória quando dirigida à autoridade judiciária estrangeira.
 - deve-se expedir Carta Precatória quando dirigida à autoridade judiciária de comarca diversa, dentro do território nacional.
 - As cartas tem por finalidade permitir a prática de atos processuais além dos limites da competência territorial do magistrado.
 - mesmo que as comarcas sejam contíguas, há a necessidade de se expedir Carta Precatória.
50. A citação pode ser definida como:
- o ato pelo qual se dá ciência à parte de que deve praticar um ato processual;
 - o ato pelo qual se dá ciência à parte de que um ato processual foi praticado;
 - o ato pelo qual se chama apenas o réu para contestar o feito;
 - o ato pelo qual se chama o réu ou o interessado a fim de se defender;
 - o ato pelo qual se chama autor e réu a fim de manifestarem acerca das provas que pretendam produzir.
51. A citação ordenada por juiz incompetente
- faz litigiosa a coisa.
 - torna prevento o juízo.
 - induz litispendência.
 - interrompe a prescrição.
 - é nula de pleno direito e, por isso, não produz qualquer efeito.
52. Quanto aos prazos processuais, é incorreto afirmar-se que:
- o prazo estabelecido pela lei é contínuo, não se interrompendo nos feriados;
 - quando a lei for omissa, o Juiz determinará o prazo de acordo com a complexidade da causa;
 - é lícito às partes requerer ao Juiz, de comum acordo, a prorrogação dos prazos peremptórios;
 - decorrido o prazo fixado em lei ou determinado pelo Juiz, extingue-se, independentemente de declaração judicial, o direito de praticar o ato;
 - salvo disposição em contrário, os prazos são computados excluindo-se o dia do começo e incluindo-se o do vencimento.

NOÇÕES DE DIREITO PROCESSUAL PENAL

- 53) Se o ofendido deixar transcorrer o prazo de seis meses sem oferecer queixa-crime subsidiária, a consequência será:
- A) o Ministério Público poderá a qualquer tempo, enquanto não ocorrer a prescrição, oferecer denúncia pelo mesmo fato;
 - B) ocorrerá a extinção da punibilidade, face à decadência do direito de queixa;
 - C) caberá ao cônjuge, ascendente, descendente ou irmão do ofendido propor a ação penal;
 - D) o juiz nomeará um advogado para oferecer a queixa-crime;
 - E) o ofendido poderá oferecer queixa-crime, mesmo após o término do prazo de seis meses.
- 54) Discordando o Magistrado da conduta do Promotor de Justiça, que se manifestou pelo arquivamento de inquérito policial, deverá:
- A) oficiar à Corregedoria-Geral do Ministério Público requerendo providências;
 - B) devolver os autos ao Promotor de Justiça para que o mesmo faça o pedido correto;
 - C) remeter o inquérito policial ao Promotor de Justiça substituto;
 - D) oficiar ao Procurador Geral de Justiça comunicando o fato, segundo art. 28 do CPP.
 - E) nenhuma das alternativas anteriores está correta.
- 55) Das afirmações abaixo, assinale a alternativa correta:
- I- É admitida a assistência pelo ofendido na ação penal privada;
 - II- O assistente admitido, na hipótese cabível, recebe o processo no estado em que se encontra;
 - III- O co-réu no mesmo processo não pode intervir como assistente do Ministério Público;
 - IV- O assistente poderá se habilitar a qualquer tempo, mesmo na fase de inquérito policial.
- A) as alternativas II e IV estão corretas;
 - B) as alternativas I, II e IV estão corretas;
 - C) as alternativas II e III estão corretas;
 - D) as alternativas III e IV estão corretas;
 - E) as alternativas I e III estão corretas.
- 56) É correto afirmar:
- A) o Ministério Público poderá desistir da ação penal;
 - B) a denúncia ou queixa poderá ser oferecida mesmo sem a prova da materialidade do crime;
 - C) o Delegado de Polícia, diante de inquérito policial sem indícios da autoria e prova da materialidade do crime, poderá fazer um relatório requerendo o arquivamento do mesmo para o juiz;
 - D) o Ministério Público, quando o ofendido não oferecer queixa-crime, no prazo de seis meses, em caso de ação penal privada, poderá oferecer denúncia pelo mesmo fato;
 - E) o ofendido poderá renunciar ao seu direito de queixa nos crimes de ação penal privada.
- 57) Numa queixa-crime subsidiária da ação penal pública, o querelante mostrou-se negligente e deixou de promover o andamento do processo durante 30 dias consecutivos. Qual a consequência dessa conduta na marcha da ação penal?
- A) o juiz decreta perempção e declara extinta a punibilidade do acusado;
 - B) o representante do Ministério Público retoma a titularidade da ação, como parte principal;
 - C) o juiz determina que o Promotor de Justiça ofereça denúncia substitutiva;
 - D) comunica o fato a Ordem dos Advogados, por ter o patrono do querelante abandonado a causa;
 - E) nenhuma consequência ocorrerá.
- 58) Nos casos de ação penal pública condicionada, a representação é retratável:
- A) durante o curso da ação penal;
 - B) até a sentença do juiz de primeiro grau;
 - C) a qualquer momento, desde que não tenha ocorrido o trânsito em julgado;
 - D) até o oferecimento da denúncia, dentro do prazo de seis meses;
 - E) até o oferecimento da denúncia, mesmo após o término do prazo de seis meses.
- 59) A respeito do Inquérito Policial, considere as afirmativas:
- I- No caso de réu preso, deverá ser concluído, na Justiça Federal, no prazo de 15 dias, contados do dia em que se executar a ordem de prisão;
 - II- Nos crimes de ação pública, qualquer que seja a sua modalidade, poderá ser iniciado por requerimento de qualquer do povo;
 - III- Nos crimes de ação penal privada, a sua instauração poderá ser determinada pela autoridade policial, de ofício;
 - IV- O inquérito policial é imprescindível, ou seja, sem o mesmo não há que se falar em processo;

V- Apenas nos crimes de ação penal pública incondicionada que o juiz e o promotor poderão requisitar início de inquérito policial.

Está correto o que se afirma apenas em:

- A) I e II.
- B) I, II e V.
- C) I e IV.
- D) II, III e IV.
- E) I e V.

- A) juízes da Justiça Militar de regra, nos crimes de responsabilidade.
- B) os *habeas data* contra ato do próprio Tribunal Regional Federal ou juiz federal.
- C) os *habeas corpus* quando a autoridade coatora for juiz federal.
- D) as revisões criminais e ações rescisórias de julgados dos Tribunais Estaduais dos respectivos juízes da comarca.
- E) os membros do Ministério Público da União, nos crimes comuns, ressalvada a competência da Justiça Eleitoral.

60) Dentre outras, não é competência do Tribunal Regional Federal processar e julgar, originariamente:

**GABARITO COMENTADO:
A PARTIR DA PRÓXIMA PÁGINA.**

GABARITO COMENTADO

GABARITO

Conhecimentos Específicos (peso 3)

| | | |
|----|---|---|
| 01 | D | Para as questões que envolvem textos, siga sempre o seguinte roteiro: 1) Faça a primeira leitura com a intenção única de captar as idéias centrais do texto, sem se preocupar com os detalhes; e 2) Faça a segunda leitura com a intenção de juntar elementos que fortalecem e justifiquem as idéias acolhidas inicialmente. Realmente o item 1 da questão está incorreto. |
| 02 | E | A questão envolve a regência. A alternativa A estaria correta se fosse “propôs qual livro”. Na B: “consultou qual livro”. Na C: “apurou qual livro”. Na D: “especulou qual livro”. A alternativa E está correta pois a regência (exigência) do verbo consultar permite duas construções: “consultar alguma coisa” ou “consultar sobre alguma coisa”. |
| 03 | A | A frase “qual livro gostaria de <u>levar</u> para sua ilha deserta” está na voz ativa pois o sujeito oculto (você) é o agente da ação verbal. Deixando o verbo na voz passiva e conservando-se o mesmo tempo verbal, temos “qual livro gostaria que <u>fosse levado</u> consigo para sua ilha deserta”. Ao se converter frases da ordem ativa para a passiva analítica, há sempre o aumento de um verbo. |
| 04 | C | Melhor comentar as alternativas erradas: A) <u>imprescindível</u> , pois muitos julgam imprescindível alguma coisa (que se <u>consultem</u> os especialistas...), B) Qualquer um dos que <u>entra</u> (o verbo deve ficar no singular por se referir a qualquer um). D) <u>parece envelhecido</u> , pois se refere ao sujeito NADA. E) Lá <u>está</u> , pois se refere ao sujeito A IMAGEM. |
| 05 | D | O pronome oblíquo a(s) transforma-se em la(s) quando ligado em ênclise com verbos terminados em R, S ou Z. Portanto, está correto “olhamo-las”. Devemos usar “lhes” (e não “as”) junto ao verbo captar, pois se trata de objeto indireto (captar de alguém). O restante é substituição simples de outras palavras por pronomes. |
| 06 | B | Eis um modelo de questão sempre presente nas provas da Fundação Carlos Chagas. A alternativa B é correta, pois o verbo deve estar em concordância com seu sujeito (livros antigos → representam). Analisando as demais alternativas: A) um destino → cabe; C) sujeito inexistente → verbo no singular (costuma haver); D) Pouca gente → sabe; E) Que uma velha biblioteca (sujeito oracional) → ocorre. |
| 07 | C | A Fundação Carlos Chagas incorporou, recentemente, o assunto “emprego do hífen” em seus editais de concursos. Lembre-se de que os prefixos <i>proto</i> , <i>extra</i> , <i>pseudo</i> , <i>semi</i> , <i>infra</i> , <i>supra</i> , <i>intra</i> , <i>neo</i> , <i>ultra</i> , <i>contra</i> e <i>auto</i> exigem hífen sempre antes de palavras que iniciem por H, R, S e VOGAL. Portanto, são palavras sem hífen: <i>contrameste</i> e <i>infravermelho</i> , pois iniciam-se com M e V (alternativa C). |
| 08 | A | Vamos ampliar o que vimos no comentário anterior: PAN e MAL sempre exigem hífen antes de H ou vogal; ANTE, ANTI, ARQUI e SOBRE exigem hífen antes de R, S ou H. Antes de B ou R use hífen se o prefixo for SUB. |
| 09 | E | A resposta está nas linhas finais do texto. → |





Curso Sólón

Acesse www.cursosolon.com.br

| | | |
|----|----------|---|
| 10 | C | Não há o que comentar. |
| 11 | B | As demais alternativas apresentam apenas um amontoado de palavras sem relação de semântica entre si, algumas inclusive com erros de grafia e concordância (C: ao que delas se espera; D: cumpridas as indicações; E: constitui). |
| 12 | D | Não use vírgula entre o sujeito e o verbo, nem entre o verbo e seu complemento, pois esses elementos estão em ordem direta. |
| 13 | A | Corrijam-se: B) aprovou; C) reouvermos; D) recompusessem; E) intervinha |
| 14 | E | No item III, o verbo deve ser flexionado no plural (ameacem) para concordar com o sujeito oculto “eles”, referindo-se aos nossos fiadores. |
| 15 | A | A conjunção “porquanto” não dá sentido às informações da frase. Melhor seria: “Nenhuma das atuais medidas surtirá efeito, <u>mesmo que</u> efetivamente se ponham em prática”. |
| 16 | A | $C + T = 39$ e $4C + 3T = 145$, resolvendo o sistema teremos 28 carros e 11 triciclos como são três rodas cada triciclo $\rightarrow 11 \times 3 = 33$ |
| 17 | D | 5 centavos = 0,05; 10 centavos = 0,10 e 25 centavos = 0,25 \rightarrow teremos $0,05.x + 0,1.x + 0,25.x = 200 \rightarrow x = 500$ moedas de cada valor, logo $500 \times 3 = 1.500$ |
| 18 | C | Extraindo o M.M.C.(24; 32; 36) = 188 meses $\rightarrow 288:12 = 24$ anos e daí $24 + 1992 = 2.016$ |
| 19 | E | $1 \cdot \frac{1}{2} = \frac{1}{2}$ e $3 \cdot \frac{1}{5} = \frac{3}{5} \rightarrow \frac{1}{2} + \frac{3}{5} = \frac{5 + 6}{10} = \frac{11}{10} \rightarrow 440:\frac{11}{10} = 40$ (razão) $\rightarrow 40 \times 5 = 200$ (menor) e $40 \times 6 = 240$ (maior) |
| 20 | D | $\frac{1}{3} + \frac{2}{5} = \frac{11}{15}$, logo $C = \frac{4}{15}$, portanto $\frac{1}{3} + \frac{2}{5} + \frac{4}{15} = \frac{5 + 6 + 4}{15}$. Daí teremos, $27.000 : 15 = 1.800$ (razão) $\rightarrow 1.800 \times 4 = R\$ 7.200$ |
| 21 | B | O problema sugere 3 equações (1ª.) $X + Y + Z = 7.777$, (2ª.) $X/Y = 4/11$ e (3ª.) $Y - X = 805$. Resolvendo um sistema com a 2ª e 3ª, teremos $X = 460$ e $Y = 1.265$, daí por substituição na 3ª, teremos $Z = 6.052$ (que é a maior) |
| 22 | B | Porcentagem: 120% (preço de venda sem o desconto de 20%), pois 20% de de 120% é igual a 96% (preço com o desconto), logo $96\% - 100\% = -4\%$ (como deu negativo, é uma venda com prejuízo). |
| 23 | A | Representando as proposições simples: M: Maria é magra // B: Bernado é barrigudo // L: Lúcia é linda C: César é careca // Quando se diz que “Lúcia é linda”, está a se afirmar que a proposição “L” tem valor lógico verdadeiro. Escrevendo em linguagem simbólica: $\begin{array}{l} V \quad F \\ M \vee B \quad (V) \\ V \quad V \\ L \rightarrow \sim C \quad (V) \\ F \quad F \\ B \rightarrow C \quad (V) \\ V \\ L \quad (V) \end{array}$ <p>Portanto é verdadeiro: M, $\sim C$, $\sim B$</p> |
| 24 | B | Numa mesma linha, os número da terceira coluna é a soma do número da primeira e segunda linha dividido por 2. |

| | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
|-------------|--|---|-------|-------|----------|-------|-------|---|---|---|-------|---|---|---|------|---|---|---|--|-------|----------|-------|----------|---|---|---|--------|---|---|---|---------|---|---|---|
| <p>25 D</p> | <p>Item 1:</p> <p>A conclusão nos diz que João não sabe lidar com orçamento, logo, o argumento é válido. Como este item afirma que a argumentação é inválida, está incorreto</p> | <p>Item 2</p> <p>Carlos não necessariamente é uma pessoa honesta. Ele pode estar dentro do círculo maior. O argumento é inválido. Como este item afirma que é válido, está incorreto.</p> | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| <p>26 A</p> | <p>Representando as proposições simples: p: Pedro é pedreiro // q: Paulo é paulista Escrevendo em linguagem simbólica: $\sim p \vee q$ Já conhecemos a equivalência lógica.: $\sim p \vee q = p \rightarrow q$ $\sim p \vee q =$ "Pedro não é pedreiro ou Paulo é paulista" é equivalente a dizer que: $p \rightarrow q =$ "Se Pedro é pedreiro, então Paulo é paulista".</p> | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| <p>27 C</p> | | <p>Conforme os diagramas ao lado, teremos: O argumento A é válido embora as premissas P, na realidade, sejam falsas e a conclusão C também.</p> | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| <p>28 A</p> | <p>"Soninha não sorri", é a negação do antecedente e da negação do antecedente, nada se conclui. Sílvia pode ser miss simpatia ou não. Portanto, a conclusão "Sílvia não é miss simpatia", não decorre das premissas e o argumento não é válido.</p> | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| <p>29 D</p> | <p>Em todas as posições de músicos, concluiremos a mesma coisa, ou seja, ... alternativa D.</p> | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| <p>30 D</p> | <p>São feitas as seguintes afirmações verdadeiras: 1. O carro de Artur é cinza; 2. O carro de César é o Santana; 3. O carro de Bernardo não é verde e não é a Brasília.</p> <p>Conforme ao lado, vamos relacionar em tabelas os nomes das pessoas com os modelos de carros, e os nomes das pessoas com as cores dos carros:</p> | <table border="1"> <tr> <td></td> <td>Artur</td> <td>Bernardo</td> <td>César</td> </tr> <tr> <td>cinza</td> <td>X</td> <td>N</td> <td>N</td> </tr> <tr> <td>verde</td> <td>N</td> <td>N</td> <td>X</td> </tr> <tr> <td>azul</td> <td>N</td> <td>X</td> <td>N</td> </tr> </table> <table border="1"> <tr> <td></td> <td>Artur</td> <td>Bernardo</td> <td>César</td> </tr> <tr> <td>Brasília</td> <td>X</td> <td>N</td> <td>N</td> </tr> <tr> <td>Parati</td> <td>N</td> <td>X</td> <td>N</td> </tr> <tr> <td>Santana</td> <td>N</td> <td>N</td> <td>X</td> </tr> </table> | | Artur | Bernardo | César | cinza | X | N | N | verde | N | N | X | azul | N | X | N | | Artur | Bernardo | César | Brasília | X | N | N | Parati | N | X | N | Santana | N | N | X |
| | Artur | Bernardo | César | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| cinza | X | N | N | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| verde | N | N | X | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| azul | N | X | N | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| | Artur | Bernardo | César | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Brasília | X | N | N | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Parati | N | X | N | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Santana | N | N | X | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |

CONHECIMENTOS GERAIS (Peso 1)

| | |
|-------------|--|
| <p>31 A</p> | <p>A questão trata das formas de provimento de cargo público e estão previstas no artigo 8º da lei 8.112/90, senão vejamos: Art. 8º São formas de provimento de cargo público: I - nomeação; II - promoção; III - (Revogado pela Lei nº 9.527, de 10.12.97); IV - (Revogado pela Lei nº 9.527, de 10.12.97); V - readaptação; VI - reversão; VII - aproveitamento; VIII - reintegração; IX - recondução.</p> |
|-------------|--|

| | |
|------|--|
| 32 C | <p>O artigo 33 da lei 8112/90, trata das formas de vacância no cargo público: Art. 33. A vacância do cargo público decorrerá de: I - exoneração; II - demissão; III - promoção; IV - (Revogado pela Lei nº 9.527, de 10.12.97); V - (Revogado pela Lei nº 9.527, de 10.12.97); VI - readaptação; VII - aposentadoria; VIII - posse em outro cargo inacumulável; IX - falecimento.</p> <p>Quanto a exoneração de cargo efetivo dar-se-á a pedido do servidor, ou de ofício. A exoneração de ofício dar-se-á: I - quando não satisfeitas as condições do estágio probatório; II - quando, tendo tomado posse, o servidor não entrar em exercício no prazo estabelecido.</p> |
| 33 E | <p>Conforme se depreende do artigo 51 da lei 8112/90, constituem indenizações ao servidor a ajuda de custo; diárias; transporte e auxílio-moradia (incluído pela Lei nº 11.355/2006)</p> |
| 34 B | <p>O artigo 132 da lei 8112/90 prescreve que a demissão será aplicada nos seguintes casos: I - crime contra a administração pública; II - abandono de cargo; III - inassiduidade habitual; IV - improbidade administrativa; V - incontinência pública e conduta escandalosa, na repartição; VI - insubordinação grave em serviço; VII - ofensa física, em serviço, a servidor ou a particular, salvo em legítima defesa própria ou de outrem; VIII - aplicação irregular de dinheiros públicos; IX - revelação de segredo do qual se apropriou em razão do cargo; X - lesão aos cofres públicos e dilapidação do patrimônio nacional; XI - corrupção; XII - acumulação ilegal de cargos, empregos ou funções públicas; XIII - transgressão dos incisos IX a XVI do art. 117.</p> |
| 35 C | <p>O prazo para julgamento será de 20 (vinte) dias, contados do recebimento do processo, no curso do qual a autoridade julgadora poderá determinar diligências, conforme previsto no artigo 181, parágrafo único da lei 8112/90. Julgada procedente a revisão, será declarada sem efeito a penalidade aplicada, restabelecendo-se todos os direitos do servidor, exceto em relação à destituição do cargo em comissão, que será convertida em exoneração.</p> |
| 36 D | <p>Quanto ao grau de liberdade conferido ao administrador, os atos administrativos podem ser divididos em discricionários ou vinculados, a diferença entre eles são as seguintes:</p> <p>A) VINCULADOS OU REGRADOS –</p> <ol style="list-style-type: none"> 1) São aqueles para os quais a lei estabelece os requisitos e condições de sua realização, limitando a liberdade do administrador que fica adstrita aos pressupostos do ato legal para validade da atividade administrativa. 2) <u>Desviando-se</u> dos requisitos das normas legais ou regulamentares, fica comprometida a ação administrativa, viciando-se a eficácia do ato praticado que, assim, toma-se <u>passível de anulação</u>. 3) Exemplos: A fiscalização, v.g., ou a lavratura de auto de infração, pelo agente competente, é ato vinculado. Ex.: cobrar impostos, conceder isenção ou anistia, entre outros. <p>B) DISCRICIONÁRIOS -</p> <ol style="list-style-type: none"> 1) São aqueles atos que a Administração pode praticar escolhendo livremente o seu conteúdo, o seu destinatário, a sua conveniência, a sua oportunidade e o modo da sua realização. 2) A rigor, a discricionariedade não se manifesta no ato em si, mas no poder que Administração tem de praticá-lo quando e nas condições que repute <u>mais convenientes ao interesse público</u>. 3) <u>Não se confunde com ato arbitrário.</u> Discrção é liberdade de ação dentro dos limites legais; arbítrio, é ação que excede à lei e por isto, contrária a ela. O ato discricionário, quando permitido pelo direito, é legal e válido; o ato arbitrário, porém, é sempre ilegítimo e inválido. 4) Exemplo: Manifesta-se em função do poder da Administração em praticá-lo nas condições que julgar conveniente: abrir um concurso público escolhendo o número de vagas, pavimentar uma estrada, etc. A escolha de diretor das unidades universitárias; autorização do poder executivo para o particular fabricar, exportar armas e munições (que a princípio é contravenção penal). |
| 37 D | <p>Aplica-se aos servidores ocupantes de cargo público o disposto no art. 7º, IV, VII, VIII, IX, XII, XIII, XV, XVI, XVII, XVIII, XIX, XX, XXII e XXX da Constituição Federal, podendo a lei estabelecer requisitos diferenciados de admissão quando a natureza do cargo o exigir.</p> |
| 38 C | <p>Justificativa: de acordo com o artigo 5º LXXII, “a”, da CF/88.</p> |
| 39 B | <p>A possibilidade de acumulação remunerada de cargos públicos está prevista no artigo 37 da Constituição Federal: “Artigo 37, XVI da C.F. - é vedada a acumulação remunerada de cargos públicos, exceto, quando houver compatibilidade de horários, observado em qualquer caso o disposto no inciso XI.</p> <ol style="list-style-type: none"> a) a de dois cargos de professor; b) a de um cargo de professor com outro técnico ou científico; c) a de dois cargos ou empregos privativos de profissionais de saúde, com profissões regulamentadas;” |
| 40 B | <p>Pois não contém previsão de nomeação, pelo Prefeito, de membro do Poder Judiciário Municipal.</p> |

| | |
|------|--|
| 41 B | <p>I – Incorreto. A licença prêmio foi extinta, no serviço público federal, pela Lei nº 9.527/97, que introduziu a licença para capacitação, no texto da Lei nº 8.112/90, em seu art. 87. A concessão da licença prêmio era ato vinculado, ou seja, completados 5 (cinco) anos de efetivo exercício, a Administração Pública não tinha escolha, pois o servidor que completasse tal requisito teria direito subjetivo à concessão de tal licença. Já na licença para capacitação, através da leitura da Lei nº 8.112/90, art. 87, percebemos que um dos requisitos para a concessão de tal licença é que haja interesse da Administração, ou seja, preenchida a condição de 5 (cinco) anos de efetivo exercício, a Administração poderá ou não conceder, valorando a conveniência e a oportunidade da concessão. Sendo assim, afirmamos que se trata de um ato discricionário para a Administração Pública.</p> <p>II – Correto. É importante sabermos que o Regime Jurídico dos Servidores Federais designa como vantagens do servidor as indenizações, os adicionais e as gratificações. As primeiras, como o próprio nome diz, são vantagens de caráter indenizatório (não-permanentes), sendo assim, não devem ser incorporadas ao vencimento do servidor para compor sua respectiva remuneração (vencimento + vantagens permanentes do cargo). Já as gratificações e os adicionais poderão ou não ser incorporados à remuneração do servidor, visto que poderão ou não ter caráter permanente, nos casos e condições estabelecidos em lei. A própria Lei 8.112/90, em seu art. 49, estabelece: <i>§ 1º As indenizações não se incorporam ao vencimento ou provento para qualquer efeito. § 2º As gratificações e os adicionais incorporam-se ao vencimento ou provento, nos casos e condições indicados em lei.</i></p> <p>III – Incorreto. <i>Lei nº 8.112/90, art. 77 - § 1º Para o primeiro período aquisitivo de férias serão exigidos 12 (doze) meses de exercício.</i> Ou seja, o servidor para adquirir direito às férias só deverá esperar o período aquisitivo de 12 (doze) meses, quando se tratar do primeiro período. Assim, para ter direito ao seu segundo período de férias, não deverá esperar o prazo de 12 (doze) meses, bastará virar o ano civil.</p> |
| 42 D | <p>a) Incorreta. A condição essencial para a ocorrência da Responsabilidade civil do servidor é que alguém tenha sofrido um dano ou prejuízo decorrente de suas ações. E a alternativa diz justamente o contrário, visto que precinde quer dizer não precisa.</p> <p>b) Incorreta. Através da leitura do art. 122, § 1º, observamos que a indenização devida pelo servidor em face de prejuízo dolosamente causado ao erário será preferencialmente liquidada em parcela única, em vez de parcelamento.</p> <p>c) Incorreta. Caso o servidor seja responsabilizado na esfera penal, ele deverá ser, automaticamente, condenado na esfera civil.</p> |
| | <p>d) Correta. A Constituição Federal, em seu art. 37, §6º, que trata da responsabilidade objetiva da Administração, no caso de dano causado a terceiros, só abrange às pessoas jurídicas de direito privado prestadoras de serviço público, ou seja, as empresas públicas e as sociedades de economia mista exploradoras de atividades econômicas responderão pelos danos causados, por seus agentes a terceiros, da mesma forma que as demais pessoas privadas.</p> <p>e) Incorreta. A responsabilidade da Administração pelos danos causados por fenômenos da natureza ou atos de terceiros é do tipo subjetiva, ou seja, dependerá da comprovação de dolo ou culpa, visto que a teoria do risco administrativo (responsabilidade objetiva), abordada pela Constituição Federal, só engloba os danos provenientes da conduta de seus agentes.</p> |
| 43 E | <p>A principal característica dos contratos administrativos é marcada pela presença de cláusulas exorbitantes (que não podem existir em um contrato típico do Direito Privado), que reflete em prerrogativas especiais da Administração Pública que acarretam o desequilíbrio existente nas relações jurídicas regidas pelo Direito Privado. Dessas cláusulas que “exorbitam o Direito comum”, destaca-se a manutenção do equilíbrio financeiro do contrato, que na verdade corresponde a uma proteção do contratante - e, não a uma prerrogativa da Administração – consistente no resguardo dos interesses do contratante. Como bem destaca Caio Tácito: <i>“Essa garantia de equilíbrio econômico-financeiro do contrato administrativo – que tem outras implicações, como adiante indicado – preserva a sua natureza comutativa (equivalência intrínseca entre as prestações) e sinalagmática (reciprocidade das obrigações).”</i></p> |

| | |
|-------------|--|
| <p>44 C</p> | <p>I – Incorreta. O princípio da adjudicação compulsória impede que a Administração atribua o objeto da licitação a outrem que não o vencedor do procedimento, porém, isso não quer dizer que o administrador está obrigado a contratar com o vencedor. Essa compulsoriedade revela-se apenas no sentido de que, caso a Administração venha a contratar, terá que ser com o vencedor da licitação, mas isso não impede que o procedimento seja revogado ou anulado, por exemplo. Nesse caso, nem deverá haver assinatura do contrato. Como bem destaca Hely Lopes: <i>“Advirta-se, porém, que o direito do vencedor limita-se à adjudicação, ou seja, à atribuição a ele do objeto da licitação, e não ao contrato imediato. E assim é porque a Administração pode, licitamente, revogar ou anular o procedimento ou, ainda, adiar o contrato, quando ocorrerem motivos para essas condutas.”</i></p> <p>II – Incorreta. O erro de tal afirmativa encontra-se na palavra deverá, visto que através da leitura do texto legal percebemos que haverá uma faculdade para Administração e não uma obrigação. Lei 8666/93, art. 64, § 2o - É facultado à Administração, quando o convocado não assinar o termo de contrato ou não aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo e condições estabelecidos, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado, inclusive quanto aos preços atualizados de conformidade com o ato convocatório, ou revogar a licitação independentemente da cominação prevista no art. 81 desta Lei.</p> <p>III – Correta. O fundamento legal é o art. 64, §3º, da nossa Lei de Licitações. Tal prazo funciona como uma “validade das propostas”, pois decorridos os 60 dias da entrega das propostas, o licitante não estará mais vinculado aos compromissos assumidos.</p> |
| <p>45 B</p> | <p>Para responder corretamente à questão, o candidato deveria saber que nenhuma penalidade poderá ser imposta ao servidor sem prévia apuração da irregularidade por sindicância ou processo administrativo disciplinar. Em qualquer caso deverá haver a instauração dos meios de apuração impostos pela Lei nº 8.112/90, pois é através deles que serão assegurados ao servidor o contraditório e a ampla defesa das provas contidas no processo. Normalmente, a questão de prova utiliza-se da advertência para “pegar” o candidato despreparado, mas basta lembrar que a advertência é aplicada por escrito e que fica registrada no assentamento funcional do servidor, sendo assim, deverá ser assegurada a defesa do servidor.</p> |
| <p>46 E</p> | <p>Aplica-se mais uma vez o art. 155 do CPC, que estabelece a necessidade do sigilo de justiça para processos desta natureza. Todas as outras alternativas estão corretas.</p> |
| <p>47 D</p> | <p>A resposta a presente questão encontra-se no novo conceito de sentença do CPC. A antiga redação previa que sentença era: Art. 162, § 1º. Sentença é o ato pelo qual o juiz põe termo ao processo, decidindo ou não o mérito da causa. Contudo, em função da alteração do CPC, sentença passou a ser definida como: Art. 162, §1º. Sentença é o do juiz que implica alguma das situações previstas nos art. 267 e 269 desta lei. Assim, as alternativas ‘a’, ‘b’, ‘c’ estão incorretas, pois se vinculam ao antigo conceito que define sentença como um ato que por termo ao processo. E, finalmente, a alternativa ‘e’ está incorreta tendo em vista que o conceito ali apresentado é de decisão interlocutória e não sentença (art. 162, §2º do CPC).</p> |
| <p>48 E</p> | <p>O termo conclusão significa que o processo está com o juiz em gabinete para alguma deliberação, ou seja, para que ele profira um pronunciamento – uma sentença, uma decisão interlocutória ou um simples despacho. Assim, a alternativa correta é a letra ‘e’.</p> <ul style="list-style-type: none"> - alternativa ‘a’: refere-se a termo de encerramento de processo; - alternativa ‘b’: refere-se a despacho de arquivamento dos autos; - alternativa ‘c’: refere-se ato denominado de ‘vistas’; - alternativa ‘d’: trata-se da devolução dos atos que estavam conclusos. |
| <p>49 E</p> | <p>A alternativa ‘e’ é incorreta pois neste caso não há necessidade de expedir carta precatória. De fato, estabelece o art. 230 do CPC: “Nas comarcas contíguas, de fácil comunicação, e nas que se situem na mesma região metropolitana, o oficial de justiça poderá efetuar citações ou intimações em qualquer delas”.</p> |
| <p>50 D</p> | <p>As alternativas ‘a’, ‘b’ e ‘e’, estão incorretas, pois referem-se à intimação e não a citação. A alternativa ‘d’ é correta, pois reflete o conceito de citação previsto no art. 213 do CPC: “ato pelo qual se chama a juízo o réu ou o interessado a fim de se defender”. A alternativa ‘c’ está incorreta porque restringe apenas ao réu, deixando de incluir o interessado.</p> |
| <p>51 D</p> | <p>A regra quanto aos efeitos da citação está disciplinada no art. 219 do CPC, que estabelece: Art. 219. A citação válida torna prevento o juízo, induz litispendência e faz litigiosa a coisa; e, ainda quando ordenada por juiz incompetente, constitui em mora o devedor e interrompe a prescrição.</p> <p>Assim, as alternativas ‘a’, ‘b’ e ‘c’ estão corretas porque os únicos efeitos que a citação ordenada por juiz incompetente produz são: <i>constituir o devedor em mora e interromper a prescrição</i>. Este último é que torna a alternativa ‘d’ correta.</p> |
| <p>52 C</p> | <p>A alternativa ‘c’ está incorreta porque os prazos peremptórios são, em regra, improrrogáveis - Art. 182. É defeso às partes, ainda que todas estejam de acordo, reduzir ou prorrogar os prazos peremptórios. O juiz poderá, nas comarcas onde for difícil o transporte, prorrogar quaisquer prazos, mas nunca por mais de 60 (sessenta) dias.</p> |

| | |
|-------------|--|
| 53 A | No caso de ação penal privada subsidiária da pública não se aplica o princípio da obrigatoriedade. Portanto, o ofendido não é obrigado a oferecer ação penal. Por não ter oferecido a queixa-crime no prazo legal, o ofendido sofrerá apenas a consequência de não mais poder oferecer ação penal privada subsidiária (nem mesmo seus sucessores poderão). O Ministério Público, entretanto, continuará com o direito de oferecer a denúncia, enquanto não ocorrer a prescrição. |
| 54 D | Diante de um requerimento de arquivamento dos autos de Inquérito Policial, o juiz poderá concordar com tal requerimento, ou não. No caso de não concordância, remeterá os autos ao Procurador Geral para que o mesmo tome as providências do art. 28 do CPP. Não poderá fazer nada além disto. Não vai oficiar à Corregedoria não vai devolver os autos ao promotor, nem mesmo ao substituto. |
| 55 C | A figura do assistente de acusação, que é o ofendido, somente poderá intervir em crimes de ação penal pública, qualquer que seja a sua modalidade. Sendo assim, não se fala em assistente de acusação em crimes de ação penal privada. Segundo a lei, o co-réu no mesmo processo não poderá intervir como assistente. Se fosse possível, seria um contra-senso, já que uma pessoa não pode ser figurar como autora do crime e auxiliar do MP no mesmo processo. O assistente de acusação poderá habilitar-se a qualquer tempo, desde que seja após o oferecimento da denúncia e antes do trânsito em julgado da sentença. |
| 56 E | Nos crimes de ação penal pública, qualquer que seja a sua modalidade, aplica-se o princípio da indisponibilidade. Assim, o Ministério Público não poderá desistir da ação penal. Para oferecimento da denúncia, necessário se faz a presença de indícios da autoria e prova da materialidade do fato, do contrário, será caso de arquivamento, que somente pode ser requerido pelo titular da ação penal. Não existe denúncia subsidiária, ou seja, não existe ação penal pública subsidiária da privada. |
| 57 B | Nas ações penais privadas subsidiárias não se aplica o princípio da disponibilidade e sim o da indisponibilidade. Sendo assim, não ocorrerá perempção, renúncia ou perdão. Caso o ofendido (querelante) abandonar a causa, o Ministério Público retomará a titularidade da ação, já que ele figura no processo como litisconsorte. Não existe denúncia substitutiva. |
| 58 D | A representação somente poderá ser oferecida no prazo de seis meses, contado do dia do conhecimento da autoria, sendo que tal prazo é decadencial. Ademais, a mesma poderá ser retratada dentro deste mesmo prazo, quantas vezes o ofendido quiser, desde que ainda não tenha sido oferecida a denúncia. |
| 59 E | No caso de réu preso, o prazo para conclusão do inquérito policial, na justiça estadual, é de 10 dias, e na federal de 15 dias. Nos crimes de ação penal pública incondicionada o inquérito poderá ser iniciado mediante requerimento de qualquer do povo, já nos crimes de ação penal pública condicionada, o inquérito se iniciará mediante representação ou requisição do Ministro da Justiça. Nos crimes de ação penal privada, o inquérito se iniciará apenas por meio de requerimento do ofendido. O inquérito não é peça imprescindível. Se o titular da ação penal possuir os elementos necessários à propositura da ação penal, poderá oferecer ação sem inquérito. |
| 60 D | No caso de competência não há muito o que ser comentado, tendo em vista as prerrogativas de função estas previstas na lei. Deve-se lembrar que o Tribunal Regional Federal somente vai julgar processos de juizes estaduais em caso recursal, quando na comarca não existir juiz federal. |